

À espera de dinheiro

O programa Adote uma nascente existe desde 2001, mas apenas em agosto foi institucionalizado por um decreto assinado pelo governador José Roberto Arruda. As 162 nascentes adotadas são monitoradas a cada dois anos pelos técnicos do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), mas a equipe tem apenas quatro pessoas, além de carência de carros, motoristas e verbas. Agora, o instituto espera receber um recurso de R\$ 43 mil, vindo da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP-DF), para colocar em prática um projeto de vazão da água das nascentes. “Durante as vistorias que fazemos, medimos a qualidade da água e do solo e observamos a cobertura vegetal. Mas queremos ver se a quantidade de água aumentou para saber se as ações estão dando resultado”, afirma Vandete Inês Maldaner, coordenadora do programa.

Adotar o ponto onde brota um curso d’água requer mais que boa vontade. Qualquer pessoa,

empresa, associação ou entidade civil pode se candidatar (www.ibram.df.gov.br). Mas os escolhidos precisam arcar com os custos da preservação, como colocar placas e cercas, comprar mudas para reflorestar o local e impedir a invasão dos 50 metros destinados à Área de Preservação Permanente (APP). “A partir do momento em que a pessoa adota, deve estar ciente de que o ônus é dela. Queremos aumentar as adoções, mas, para isso, precisamos ter voluntários comprometidos”, afirma Vandete. O programa é cadastrado pelo Ministério Público do DF e dos Territórios (MPDFT) para receber dinheiro das medidas alternativas aplicadas a condenados por crimes ambientais.

Manter um curso d’água vivo também não é tarefa fácil. A ONG Vertente Verde adotou uma nascente no Condomínio Privê do Lago Norte, que corre diretamente para o Lago Paranoá. A área, porém, é visada por grileiros ainda hoje, que pressionam a

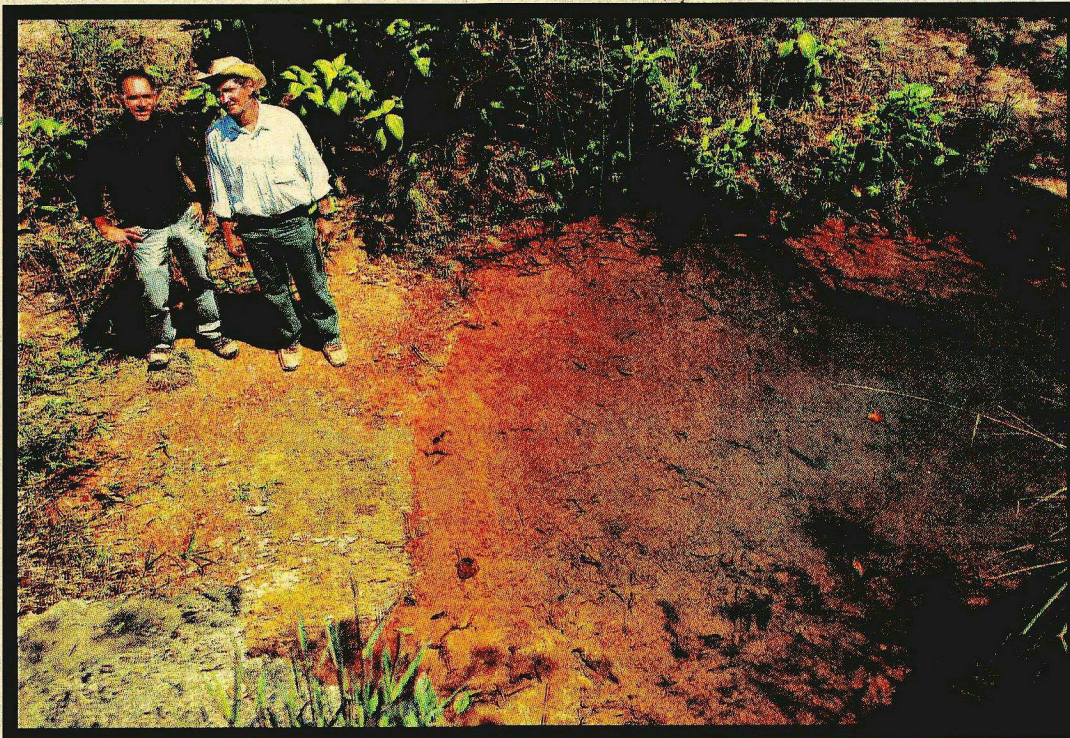
entidade para ocupar o terreno de APP. “As pessoas compraram os lotes na área de preservação e, agora, querem construir neles”, explica o presidente da ONG, Edson Bernardes.

No ano passado, a organização plantou 470 mudas de espécies

nativas doadas para reflorestar a área em volta da nascente. Mas, em agosto, um incêndio matou todas as plantas. Para Bernardes, o fogo foi criminoso. A placa que sinaliza a cabeceira já foi roubada e tem marca de tiros. “Nós ficamos no meio da linha de fogo,

sem poder de polícia nem de Estado”, diz o presidente da Vertente Verde, que, há 11 meses, conta com a ajuda do síndico do Privê, Francisco Braga, para manter o local cheio de água pura e transparente durante todo o ano. “Identificamos 49

BERNARDES (E) E BRAGA (D)
UNIRAM FORÇAS PARA PRESERVAR
UMA NASCENTE NO LAGO NORTE



lotes vendidos em APP que foram desconstituídos. Não recebemos mais taxa de condomínio dos donos desses terrenos e estamos estudando o que fazer com eles”, conta Braga.

Ministério Público

As quatro promotorias de Defesa do Meio Ambiente do MPDFT também acompanham a situação dos córregos e nascentes do DF. Cada uma delas é responsável por uma bacia hidrográfica. De acordo com a promotora Marta Eliana de Oliveira, a ocupação irregular é a maior vilã dos recursos hídricos no DF e somente a educação ambiental dos cidadãos seria capaz de reverter o quadro de devastação. “Lei não falta para preservar o meio ambiente, o DF está todo inserido em unidades de preservação. Mesmo que a fiscalização fosse eficiente, o ideal seria que os cidadãos se conscientizassem para eles mesmos serem fiscais dos recursos que lhes pertencem”, ensina. (GR)